



RELAÇÕES ENTRE O ILUMINISMO, A COLÔNIA LUSO-BRASILEIRA E OS PASSEIOS PÚBLICOS: UMA CONSTRUÇÃO DE PENSAMENTO. (SESSÃO TEMÁTICA)

Jefferson Felipe Macedo Bonfim

Universidade Federal da Bahia | jfbomfim2014@gmail.com

Sessão Temática 09: Cidade, história e cultura em disputa

Resumo: O presente artigo resulta de esforços realizados na disciplina *Paisagismo, História e Cidade*, ministrada pela Prof.^a Dr.^a Aline de Figueirôa Silva no Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Bahia. O texto objetiva investigar o impacto do Iluminismo português na criação de jardins públicos luso-brasileiros e no desenvolvimento de instituições científicas voltadas para as ciências naturais que fomentaram o estudo, aclimação e exportação de espécies brasileiras para outras localidades. Para isso, o estudo elege como objetos o Jardim Botânico do Grão-Pará e os passeios em Lisboa, Rio de Janeiro, Salvador e Fortaleza, buscando compreender a relação entre o Iluminismo, a colônia luso-brasileira e estes espaços ajardinados. A pesquisa também visa contribuir para a literatura sobre jardins patrimoniais e passeios públicos do Nordeste brasileiro, região estratégica para a economia e para a política colonial. Além disso, a análise ajuda a esclarecer o processo de formação e transformação dos jardins no Brasil, abrindo caminho para futuras investigações sobre o tema, ainda pouco explorado.

Palavras-chave: jardim; passeio; iluminismo; Brasil; Portugal.

RELATIONS BETWEEN THE ENLIGHTENMENT, THE LUSO-BRAZILIAN COLONY, AND PROMENADES: A CONSTRUCTION OF THOUGHT

Abstract: *This article is the result of efforts made in the course Landscaping, History, and City, taught by Prof. Dr. Aline de Figueirôa Silva in the Graduate Program in Architecture and Urbanism at the Federal University of Bahia. The text aims to investigate the impact of Portuguese Enlightenment on the creation of Luso-Brazilian public gardens and the development of scientific institutions focused on natural sciences that promoted the study, acclimatization, and export of Brazilian species to other regions. To this end, the study focuses on the Botanical Garden of Grão-Pará and the promenades in Lisbon, Rio de Janeiro, Salvador, and Fortaleza, seeking to understand the relationship between the Enlightenment, the Luso-Brazilian colony, and these garden spaces. The research also aims to contribute to the literature on heritage gardens and public promenades in Northeast Brazil, a region strategically important for the colonial economy and politics. Moreover, the analysis helps clarify the process of formation and transformation of gardens in Brazil, opening the way for further investigations on this still underexplored topic.*

Keywords: *garden; promenade; Enlightenment; Brazil; Portugal.*

RELACIONES ENTRE EL ILUMINISMO, LA COLONIA LUSO-BRASILEÑA Y LOS PASEOS PÚBLICOS: UNA CONSTRUCCIÓN DE PENSAMIENTO.

Resumen: *Este artículo es el resultado de esfuerzos realizados en la asignatura Paisajismo, Historia y Ciudad, impartida por la Prof.^a Dr.^a Aline de Figueirôa Silva en el Programa de Posgrado en Arquitectura y Urbanismo de la Universidad Federal de Bahía. El texto tiene como objetivo investigar el impacto de la Ilustración portuguesa en la creación de jardines públicos luso-brasileños y en el desarrollo de instituciones científicas orientadas a las ciencias naturales que promovieron el estudio, aclimatación y exportación de especies brasileñas a otras localidades. Para ello, el estudio selecciona como objetos el Jardín Botánico de Grão-Pará y los paseos en Lisboa, Río de Janeiro, Salvador y Fortaleza, buscando comprender la relación entre la Ilustración, la colonia luso-brasileña y estos espacios ajardinados. La investigación también tiene como objetivo contribuir a la literatura sobre jardines patrimoniales y paseos públicos en el noreste brasileño, una región estratégica para la economía y la política colonial. Además, el análisis ayuda a esclarecer el proceso de formación y transformación de los jardines en Brasil, abriendo camino para futuras investigaciones sobre este tema, aún poco explorado.*

Palabras clave: *jardín; paseo; Iluminismo; Brasil; Portugal.*

INTRODUÇÃO

Os jardins, durante grande parte do período colonial brasileiro, localizavam-se em propriedades privadas, como nos quintais dos casarios e nos logradouros religiosos, e desempenhavam funções utilitárias, à medida que, neles encontravam-se espécies frutíferas e para usos medicinais (ROBBA & MACEDO, 2002, p. 23). Esse caráter privado dos jardins perdura até o final do século XVIII, quando, influenciados pela valorização da ciência, diante do Iluminismo, os portugueses apostam no estudo do potencial e domesticação das espécies brasileiras.

O presente artigo, resultado da disciplina *Paisagismo, História e Cidade* no Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Bahia (PPGAU-UFBA), ministrada pela Prof.^a Dr.^a Aline de Figueirôa Silva, objetiva esmiuçar, investigar e compreender os processos e motivações relacionados à Ilustração portuguesa, que culminaram na construção de espaços públicos ajardinados na colônia luso-brasileira, assim como a construção e fomento a instituições científicas voltadas para as ciências naturais. Essa averiguação utilizará, como objeto para estudo, alguns dos espaços precursores neste processo de catalogação e aclimação de espécies e na construção dos jardins, são eles o Jardim Botânico do Grão-Pará e os passeios de Lisboa, Rio de Janeiro, Salvador e Fortaleza. Esta pesquisa abre a discussão sobre a formação dos jardins patrimoniais em cidades do Brasil, durante um período de intensas modificações econômicas, políticas e sociais. A importância dessa investigação se dá pela escassez de bibliografias a respeito dessa temática, principalmente com relação aos passeios públicos do Nordeste, região de relevante importância para o cenário econômico e político do período aqui estudado (séculos XVIII a XX).

O texto percorrerá uma construção de pensamento, partindo do entendimento dessas transformações intelectuais e suas especificidades nas terras lusitanas. A partir daí, é possível relacionar a medidas empregadas, tanto na metrópole, quanto nas colônias. Essa compreensão é importante, pois, o entendimento das diferentes forças e fatores ideológicos envolvidos na valorização do projeto paisagístico e do estudo da flora no Brasil, elucidarão questões envolvidas neste processo, especialmente no que concerne aos jardins públicos nordestinos, que ainda hoje carece de maior aprofundamento sobre sua história e especificidades.

Portanto, para além da compreensão dos impactos das transformações espaciais ocasionadas pelo movimento supracitado, este artigo colabora com o entendimento do processo de criação, transformação e permanências identificadas, que podem ser utilizadas em futuros estudos específicos e aprofundados a respeito dos passeios públicos do nordeste brasileiro.

UM EMBATE FILOSÓFICO: O IDEAL ILUMINISTA EM PORTUGAL

Em termos gerais, a historiografia utiliza como método científico a universalização e generalização, na busca da construção de uma narrativa, que corresponda e responda aos processos históricos e questionamentos que envolvem o objeto de estudo. Isso significa, que no campo científico são estabelecidas disputas, as quais uma narrativa será propagada de acordo com determinados interesses e intenções, sejam elas ditadas por contextos sociopolíticos, culturais ou econômicos. Apesar desse método abarcar a maior quantidade de semelhanças inseridas em um contexto, acaba invisibilizando as especificidades dos grupos que merecem um olhar aprofundado (DUARTE, 2021).

Isso acontece, por exemplo, com as temáticas referentes ao Iluminismo, importante movimento europeu, datado do século XVIII, de valorização da ciência e reflexão sobre o papel do homem no mundo, que embriou em drásticas mudanças no modo de enxergar e se relacionar com o espaço. Sob uma perspectiva universalista, a França ganha destaque por ser o país europeu onde os ideais iluministas foram, para grande parte dos estudiosos da área, melhores desenvolvidos e divulgados, fato este que se embasa sobretudo na grande influência do país na propagação de tendências urbanísticas, higienistas e paisagísticas ao redor do mundo. Contudo, autores como Robert Darton e Dorinda Outram, a partir da década de 1970, passam a questionar essa homogeneidade e começam a compreender a Ilustração, na verdade, como uma variedade de movimentos que ocorreram nos diversos países europeus e que apresentam suas próprias especificidades (LOPES, 2011).

A esse respeito, é possível identificar o caso de Portugal, que encontrou resistência para a aceitação dos ideais racionalistas e de oposição à Igreja, e conseqüentemente iniciou o movimento mais tardiamente. Isso pode ser explicado pela forte relação com a formação jesuítica nas universidades, que se baseava nas doutrinas de São Tomás de Aquino, caracterizadas pela busca do equilíbrio entre razão e fé (LOPES, 2011). A partir do ano 1759, após a expulsão dos jesuítas de Portugal e de esforços por parte da Coroa para maior aproximação aos ideais iluministas, ocorreu o investimento em instituições científicas, destacando-se a reforma da Universidade de Coimbra, entre 1770 e 1777, e a Academia de ciências de Lisboa, em 1779 (DIAS, 2021).

Dentre algumas outras peculiaridades de Portugal durante esse processo, destaca-se a política estritamente mercantilista de Marquês de Pombal (1º Ministro de D. José I, entre 1750 e 1777), a força contenedora da aristocracia do país, diante dos comerciantes e produtos manufaturados na economia interna, e o especial intento de utilização das ciências naturais para o desenvolvimento econômico nas colônias (PIRES FRANCO, 2007). Sob tal aspecto, a vertente fisiocrata era conduzida sob estudos da fauna, flora e terra, por meio de viagens filosóficas a fim de melhorias na sistematização do setor agrícola. O autor NOVAES (1979) *apud* SEGAWA (1996) galga o termo mercantilismo ilustrado para explicar esse processo, dizendo que "assim é que, entre as fontes de riqueza de uma nação, uma memória anônima

da Academia [das Ciências] enumerava, entre a agricultura, manufaturas, a pesca, etc., as colônias” (SEGAWA, 1996).

Figura 1: Retrato do Marquês de Pombal, 1766 de Louis-Michel van Loo e Claude Joseph Vernet.



Nota: Pintura em valorização ao despotismo iluminado português e à expulsão dos Jesuítas de Portugal.
Fonte: Acervo do Museu de Lisboa.

Em vista de tal confluência de fatores, a Ilustração portuguesa se difere das demais ao propiciar a harmonia e complementaridade entre suas ideias e os ideais católicos, aos quais creditava a Deus as virtudes humanas para analisar, questionar a natureza e conhecer o bem, por meio da razão. Arelado a isso, soma-se o posicionamento em se distanciar de questões religiosas, como por exemplo as teorias do deísmo e do ceticismo, de Voltaire e David Hume, respectivamente (KIRSCHNER, 2009, p. 198-299) e voltar estes ideais para questões comerciais e exploratórias.

O ILUMINISMO E OS ESPAÇOS AJARDINADOS NO BRASIL E EM PORTUGAL: IMPACTOS E REVERBERAÇÕES

O JARDIM BOTÂNICO DO GRÃO-PARÁ

Sob a ótica de uma política de valorização das ciências introduzida no tópico acima, aqui destaca-se o estudo botânico, onde foram empregados investimentos em pesquisas e práticas educacionais. Em Portugal, pontua-se a construção de jardins botânicos e museus, como o Jardim e o Museu da Ajuda, em 1768, e o Real Gabinete de História Natural no mesmo ano. No Brasil, pode-se citar a Academia Fluminense e a Casa de História Natural, instituídas em 1772 e 1784, respectivamente. Estes espaços, para além do estudo e catalogação de espécies, também possuíam o papel de entretenimento da aristocracia da época (DIAS, 2021;

SANJAD, 2001; DOMINGUES, 2021). Também foram empreendidas viagens exploratórias, para este fim, visto que, havia a necessidade de compreender as potencialidades econômicas da colônia. Nelas técnicos, físicos e naturalistas foram contratados para produzir trabalhos que versaram, principalmente, sobre o cenário mineral e botânico, especialmente na região amazônica. Sobre essas viagens, ressalta-se aqui, não apenas a busca pelas espécies nativas, mas também a apreensão de técnicas e saberes das comunidades nativas e o registro cartográfico dos limites das terras luso-brasileiras. Posteriormente, após a construção do Jardim do Grão-Pará no final do século XVIII, a Coroa também contrata profissionais com vasta experiência no famoso jardim de Caiena, conhecido como *La Gabrielle*, a exemplo dos franceses Michel de Grenouillier e Jacques Sahut, para a direção do equipamento (SEGAWA, 1996; DOURADO, 2008).

O Jardim Botânico do Grão Pará, localizado na cidade de Belém e construído em 1798 foi precursor no processo de criação de jardins botânicos na América Portuguesa, após promulgação da Carta Régia de 4 de novembro de 1796, encaminhada ao governador do Pará, que a além de convocá-lo para a construção do referido jardim, implementava uma política para a construção de equipamentos dessa natureza ao longo do território brasileiro. (SEGAWA, 1996).

Figura 2: Prováveis localizações dos jardins em Belém (1881), produzido pelo autor.



Nota: Elaborado com base na Planta da cidade de Belém do Gram-Pará (1881).
Fonte: Planta base retirada do Arquivo Nacional e descrições de SANJAD (2001).

Tal iniciativa, veio atrelada à reforma urbana empreendida na capitania entre os anos de 1790 e 1810, que contava também com um passeio público, um jardim de recreio, um jardim experimental (Jardim das Caneleiras) e um espaço destinado à venda de espécies que ali

fossem cultivadas (SANJAD, 2001). A sua implantação se deu de forma estratégica, devido à inserção na floresta amazônica e pela proximidade de aldeias indígenas que dominavam o manuseio da flora local (SEGAWA, 1996). Esse espaço foi planejado como um modelo a ser aplicado, tendo como um de seus papéis, a distribuição de mudas para as demais regiões. Sob influência dele, também foram construídos hortos e jardins em localidades como São Paulo, Salvador, Goiás, Olinda, São Luís e Vila Rica (atual cidade de Ouro Preto). Seus respectivos governadores recebiam catálogos de espécies existentes no Jardim Botânico do Grão-Pará e poderiam solicitar as mudas excedentes para seus espaços (DIAS,2021; SANJAD, 2001).

Esses esforços possuíam sobretudo um caráter econômico, a partir da aclimação e domesticação de espécies exóticas e nativas, e da apreensão de novas técnicas agrícolas, a fim do cultivo em grande escala e diversificação da produção. Contudo, ela também objetivava politicamente a manutenção da soberania da Coroa em terras amazônicas (DIAS,2021; SANJAD, 2001).

Quadro 1: Primeiros Jardins Botânicos Luso-brasileiros

Jardim Botânico	Ano de construção	Governador da capitania
Pará (Grão-Pará)	1798	Francisco Maurício de Sousa Coutinho
São Paulo	1800	Antônio Emanuel de Mello Castro e Mendonça
Goiás (Guayases)	1806	João Manuel de Meneses
Rio de Janeiro	1808	D. Marcos de Noronha e Brito
Olinda	1811	Caetano Montenegro
Ouro Preto (Vila Rica)	1825	Bernardo José de Lorena

Fonte: Elaborado pelo autor com base em PAZ (2019) e DIAS e MORAES (2021).

O OUTRO LADO DE UMA MESMA MOEDA: O PASSEIO PÚBLICO DE LISBOA

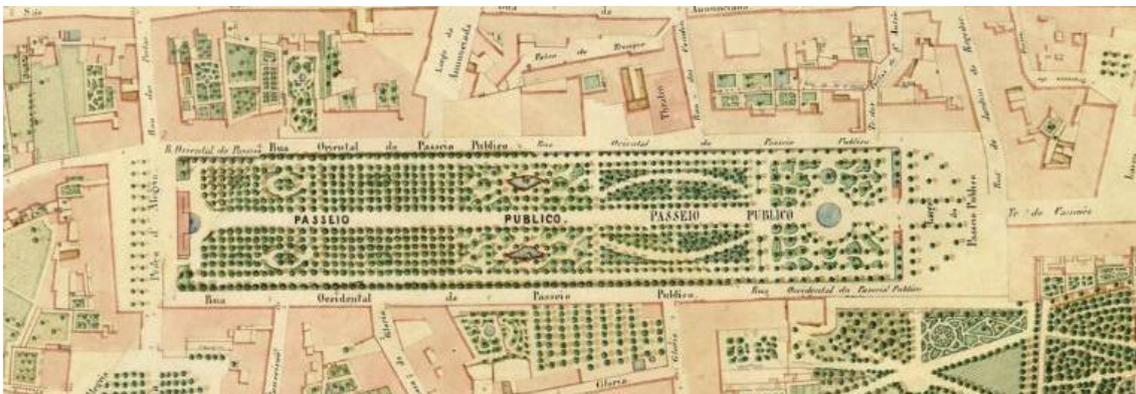
Por uma outra via de propagação dos ideais iluministas em Portugal, desta vez voltadas para a vida urbana, onde a saúde, o bem estar e a civilidade foram empreendidos no espaço, a partir da presença do verde na metrópole (com os passeios públicos, jardins, parques) e das reformas urbanas higienistas (melhorias no saneamento básico, na distribuição de água e no controle de doenças), muito disso, em vista do adensamento populacional ocasionado pelo êxodo rural e pela poluição nas grandes cidades, causada pela crescente quantidade de indústrias (GALLERANI, 2004). A insalubridade era um mal a ser combatido e, sob tal perspectiva, a vegetação surge como um viabilizador de espaços mais saudáveis, longe da poluição e para o deleite da população (ou uma parte da população) pelas amenidades ao ar livre (FERREIRA, 2015).

Neste aspecto, Portugal é grandemente influenciado social, moral e sociologicamente por Paris, por meio de seus espaços ajardinados e seus ideais de civilidade e controle comportamental da população. A valorização da estética e da sociabilidade, com as ideologias higienistas, resumiam o pensamento desta fase (CASTRO,2009). Sob esse cenário, os espaços públicos eram utilizados pela aristocracia para demonstração de pompa e poder, a partir de passeios e conversas ao ar livre, aproveitando o aprazimento que as árvores podem proporcionar (DOURADO,2008). Segawa (1996, p.47) discorre sobre algumas das atividades

ocorridas nestes locais, como por exemplo “exibir pompa, ver homens e mulheres bem-vestidos e bonitos, contar e ouvir as novidades, assistir a apresentações musicais, mostrar filhas na busca de maridos” (BANDEIRA, 2014).

Arelada a essas circunstâncias, Lisboa sofre um terremoto em 1755, que destruiu grande parte da cidade e obrigou ao governo a criar um programa de reconstrução da cidade. Isso possibilitou sua remodelação sob os preceitos iluministas e contemplou os anseios da aristocracia da época por espaços de convívio. Sendo assim, o plano de Dom Luís de Vasconcelos priorizava o lazer, embelezamento urbano e saneamento básico e o abastecimento de água. Dentre os diversos equipamentos construídos, destaca-se o Passeio Público de Lisboa, inaugurado em 1785 (GALLERANI, 2004; FERREIRA, 2015).

Figura 3: Atlas da carta topográfica de Lisboa (1856-1858), folhas 27,28,35 e 36.



Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa.

O Passeio, projetado por Reinaldo Manuel dos Santos (1740-1790), localizava-se em uma zona periférica, à norte da cidade e ocupava um terreno retangular de grandes dimensões (300 metros por 90 metros) e possuía caminhos retilíneos principais e secundários bem demarcados e dispostos por aleias de árvores distribuídas regularmente (CASTRO, 2009; MASSERAN, 2019). Ao descrever o espaço, Almeida (1917) também pontua o caráter segregador do jardim, à medida que a proibição de entrada das pessoas de baixo poder aquisitivo era proibida e institucionalizada.

“Tinha banquetas de buxo tosquiado, um velho relógio de sol, meio gasto pelo tempo, junto da praça do Verde, bancos de pedra nas curvas das áleas, todo o aspecto do jardim português do século XVIII, muito policiado, muito aristocrata, inacessível aos homens de capote e aos maltrapilhos inapresentáveis, que uma lei rigorosa não deixava lá entrar.” (ALMEIDA, 1917, p. 235).

Posteriormente, em 1834, o local é alvo de novas intervenções de responsabilidade do arquiteto Malaquias Ferreira Leal, que o modificou completamente, o transformando em um jardim romântico inglês. O muro perimetral foi demolido e em seu lugar instalaram um gradil de ferro e o espaço ganhou novos equipamentos, como lagos, chafarizes, estátuas, cascatas e um terraço. Após essas melhorias, o passeio ganha novos ares e passa a ser mais utilizado pela população. Outro aspecto observado nessa remodelação é a abertura gratuita para a

população, em determinados horários. Contudo, a segregação persiste, como é observado no artigo de Françoise Le Cunff (2003), que mostra que classes menos abastadas, ocupavam as ruas secundárias, enquanto a elite caminhava e exibia sua pompa na alameda central (MASSERAN, 2019; BANDEIRA, 2014).

“Pouco a pouco, o Passeio Público do Rossio foi-se impondo como o local de encontro de todas as classes sociais que ali se juntavam, embora sem necessariamente se misturarem. Por detrás do seu ar convivial e interclassista, aquele jardim era objecto de alguma segregação social. A frequência do Passeio Público pelos diferentes grupos sociais era distinta segundo os dias da semana. [...] Além desta hierarquização que se estendia, inclusive, às próprias horas do dia, verificava-se uma outra relativa à própria utilização física do espaço: havia os que frequentavam a rua central, e os que se mantinham nas ruas secundárias.” (LE CUNFF, 2003, p. 181).

Em outro relato, escrito por Alfredo de Mesquita (1871-1931) na compilação intitulada “Lisboa: Monografia” (2006), o escritor expõe essa pretensão da sociedade da época em sentir-se como um parisiense, demonstrando a forte influência do país nos costumes da época.

“Ali era um centro. Ali ouvia-se música muito boa, amava-se, devaneava-se, o lisboeta deixava de ser bicho, e sentia-se parisiense do Jardim das Tulherias. Nada mais agradável em verdade do que um amável domingo de primavera das duas às quatro, no Passeio Público. [...] Ao longo da brilhante rua principal, à sombra das magníficas ramadas, sentavam-se em fila, nas cadeiras dos pobres do Asilo da Mendicidade, centenas de pessoas, conversando, rindo. Outras centenas passeavam, encontravam-se, meneavam ao sol as suas elegâncias. Aquilo era um salão imenso: o mais aristocrático possível, e também o mais plebeu possível. À noite, durante a época do bom tempo, efectuavam-se igualmente concertos por bandas e filarmónicas de craveira variável.” (MASSERAN, 2019 *apud* MESQUITA, 2006, p. 319-320).

OS PROMENADES CHEGAM EM TERRAS LUSO-BRASILEIRAS: O PASSEIO PÚBLICO DO RIO DE JANEIRO

Contemporâneo e certamente influenciado pelo Passeio Público de Lisboa, o Passeio Público do Rio de Janeiro também bebe da mesma fonte ideológica racionalista, a partir de um contexto colonial escravocrata (GALLERANI, 2004). Durante o século XVIII, enquanto a população da cidade sofre por uma epidemia de gripe, utilizam-se do discurso higienista e de melhoria de acesso do centro urbano para a zona sul da capital para o aterramento da Lagoa do Boqueirão e construção do passeio nesta região, em 1783. Foram então empreendidas obras de adequação da cidade aos tempos modernos, que incluíam este jardim público (FREITAS, 2006).

O projeto do Passeio, de autoria de Valentim da Fonseca e Silva, foi concebido num logradouro hexagonal e delimitado por altos muros. Ele possuía um portal e era constituído por aleias principais e secundárias retilíneas que culminavam num belvedere e em um terraço que descortinavam para a Baía de Guanabara (CARVALHO, 1988). A tipologia e morfologia do equipamento tomou como referência os ideais iluministas e inseriu na sociedade brasileira os

mesmos princípios de embelezamento paisagístico e de costumes que já vigoravam na Europa desde o início do século XVIII (SILVA, 2007). O Iluminismo se apresenta no projeto a partir da união entre a arte e o utilitarismo, podendo ser observado na estatuária, na decoração do interior dos mirantes, que inclusive trazem também as referências acima dissertadas, a respeito do processo de catalogação da natureza luso-brasileira (GALLERANI, 2004).

Com relação ao projeto paisagístico, o passeio era formado por um percurso perspectivado que apresentava como ponto de fuga uma gruta artificial. Ao longo do trajeto, poderia se desfrutar da sombra da vegetação e da brisa marítima, em virtude da proximidade com o mar (GALLERANI, 2004). Outro ponto notável, que se distingue do passeio lisboeta, refere-se à presença de um mirante que permite a visualização para a Baía de Guanabara. Esta solução arquitetônica e paisagística está atrelada à apreciação marítima ainda incipiente na sociedade da época. Durante esse período, o mar era visto de forma negativa, como um território desconhecido e temível, como uma espécie de abismo, ou por muitas vezes, apenas como um local para o descarte de dejetos da população. Esta visão passa a mudar a partir dos anos 1750, com o desenvolvimento do processo do olhar e da contemplação dos panoramas marítimos, resultando na construção de mirantes e belvederes em espaços públicos, que possibilitaram a contemplação da paisagem costeira. Segundo GALLERANI (2004), este feito é resultado das pinturas holandesas produzidas durante viagens ultramarinas, como mostra o trecho a seguir:

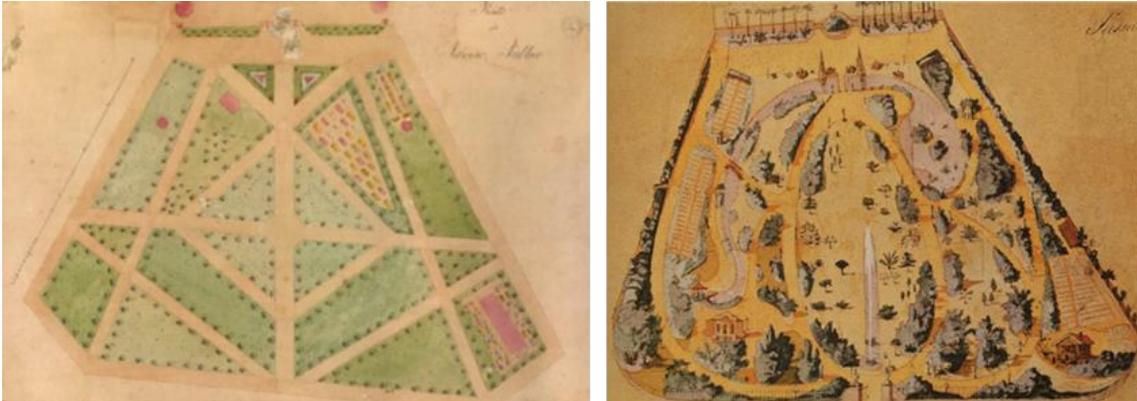
“O desvendamento desse território, segundo Corbin, foi feito pela observação científica dos séculos 16 e 17 e pelo prestígio crescente da navegação, notadamente a holandesa; esta última, a prática da viagem às Províncias Unidas - em especial à Holanda - e o desenvolvimento das pinturas marinhas holandesas teriam sido os fatores que mais contribuíram para "a aprendizagem do olhar dirigido às praias do mar". (GALLERANI, 2004, p.121).

Dentre as semelhanças entre o passeio lisboeta e o carioca, pode-se destacar o caráter segregador, a partir da presença de portões e de restrições de entrada. Em seus primeiros anos de existência, o jardim carioca, assim como o de Lisboa, era exclusivo unicamente à elite da localidade. Outra semelhança importante é a inadaptação da população em relação à primeira versão do equipamento e à posterior reforma, em 1860 no caso do Passeio do Rio de Janeiro, para adequação a um novo estilo em voga, o romantismo inglês. Ambos foram bem sucedidos nesse intento. Para o caso brasileiro, um dos fatores dessa transformação foi o avanço econômico do país na segunda metade do século XIX, devido ao aumento nas exportações de café e de borracha, incrementando a elite ainda incipiente na cidade (ROBBA & MACEDO, 2002).

No jardim, projetado pelo paisagista francês Auguste Glaziou, buscou-se trazer uma diversidade de perspectivas, em contraposição à confluência para um único ponto, identificada no traçado do passeio de Valentim, assim como a remodelação dos canteiros, que

possuem formas sinuosas e orgânicas, para assimilar às formas da natureza (CARDOSO, 2007; CASTRO,2009).

Figuras 4 e 5: Plantas do Passeio Público do Rio de Janeiro, de 1850 e 1861, respectivamente.



Fonte: Biblioteca Digital Luso-brasileira e Casa Rui Barbosa, respectivamente.

O período dessas alterações também marca um estreitamento na relação entre Brasil e França. Isso é resultado, sobretudo, da permanência da família real portuguesa no Brasil, após 1808, do acordo de paz entre os países, em 1814, e das inúmeras concessões comerciais de incentivo fiscal portuário para o governo e população franceses. De modo consequente, aumenta-se consideravelmente o número de mercadorias, cidadãos e profissionais franceses em solo brasileiro, que incluíam paisagistas e mão-de-obra técnica, voltada para o mercado de jardins e plantas, possibilitando assim, um maior estreitamento do Brasil aos princípios ideológicos em vigor na Europa (DOURADO,2008).

Figura 6: Mirante do Passeio Público do Rio de Janeiro, 1925.



Fonte: Coleção Sebastião Lacerda.

Durante esse processo, como mencionado anteriormente, outras capitanias foram incumbidas da construção de hortos e passeios em suas capitais. A partir das coletas de informações a respeito disso, foram sistematizados dados em busca de semelhanças entre alguns dos passeios de maior destaque na historiografia brasileira. A partir disso é possível notar a predileção por espaços de charco ou com necessidade de aterramento e em locais próximos à costa e ventilados, muito pelo fato do caráter higienista e de vislumbre da paisagem da cidade, como no caso do Rio de Janeiro, Salvador e Fortaleza.

Quadro 2: Quadro comparativo dos passeios públicos brasileiros.

	Rio de Janeiro	Belém	Salvador	Curitiba	Fortaleza
Ano de construção	1783	1803/1806	1810	1886	1867/1880
Gestor Responsável	Luís de Vasconcelos	8º Conde dos Arcos	8º Conde dos Arcos	Alfredo Taunay	Governo Provincial
Construído em área de charco ou aterramento?	Sim	Sim	Não	Sim	Sim
Caráter de belvedere?	Sim	Não	Sim	Não	Sim
Preservado atualmente?	Sim	Não	Sim	Sim	Parcialmente
Estado atual de conservação	Mal conservado	-	Mal conservado	Bem conservado	Bem conservado

Fonte: Elaborado pelo autor com base em SEGAWA (1996) e SILVA (2016).

OS PASSEIOS PÚBLICOS NORDESTINOS: SALVADOR E FORTALEZA

A construção do passeio do Rio de Janeiro fomentou a criação de passeios em cidades importantes, como Salvador, Curitiba, Belém e Fortaleza (SILVA, 2016). Apesar da influência ideológica do exemplar carioca, os referidos passeios refletiam as diversidades morfológicas que demonstravam as adaptações ao terreno e ao entorno. Como introduzido no parágrafo anterior, o período dissertado caracterizou uma forte presença de mão-de-obra, especializada em jardins vindos da França, para o país, como por exemplo os paisagistas, Jean Binot, Auguste Glaziou e Paul Villon. Incorporado a esse cenário, junta-se o fato de o país estar em um momento de prosperidade econômica, que fez com que emergissem novas elites e se tornasse possível o investimento em jardins públicos e particulares pelo território nacional (DOURADO, 2008).

Figuras 7 e 8: Terreiro de Jesus em Salvador, de Glaziou, e Parque Municipal de Belo Horizonte, de Paul Villon respectivamente, no início dos 1900.



Fonte: DOURADO (2008).

Os ideais higienistas, nesse momento já amplamente disseminados pelo ocidente, ganham força sem precedentes, e agora, encontram espaço dentro dos loteamentos das residências, a partir de jardins domésticos e recuos generosos, a fim de promover a iluminação, ventilação e conforto térmico no interior das edificações. Em Salvador, por exemplo, a cidade passa por um processo de esvaziamento residencial nas freguesias da Sé, Santíssimo Sacramento da Rua do Passo e São Pedro Velho, principalmente por parte das classes mais altas. Essa migração ocorre em direção à freguesia de Nossa Senhora da Vitória, local menos populado e

que possibilitaria a construção de residências com recuos frontais e laterais, vias mais largas e arborização urbana e residencial. Esse é um processo, característico de muitas capitais brasileiras, que também possibilitou a construção de novos passeios públicos, praças e parques e o ajardinamentos de praças e largos já existentes (DOURADO,2008).

Figura 9: Mapa das freguesias que permeavam o Passeio Público de Salvador, produzido pelo autor.



Nota: Passeio Público está inserido na Freguesia de N. Sr.ª da Vitória.

Fonte: Planta base, de 1894, retirada em Biblioteca Digital Luso-brasileira e descrições de NASCIMENTO,2007.

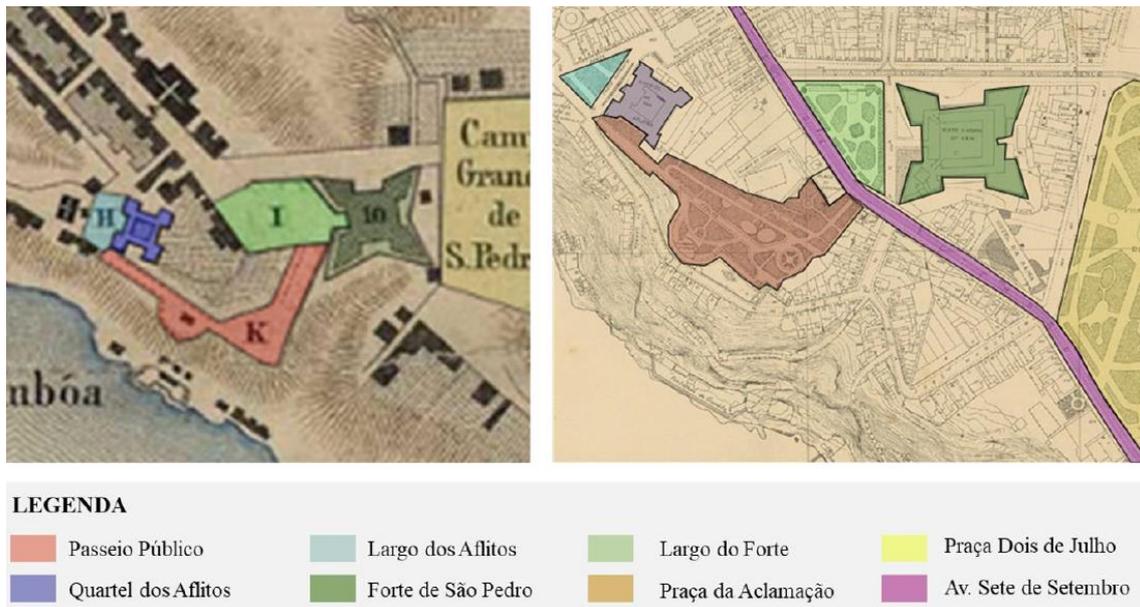
No Nordeste, o primeiro passeio público a ser implementado localiza-se em Salvador, construído no ano de 1810. A ideia inicial era a construção de um horto botânico para o envio de espécies para a metrópole a fim de continuar o intento de exploração da vegetação nativa, como dissertado anteriormente. Porém, após a chegada da Corte ao Brasil, em 1808, essa distribuição para Portugal já não havia mais sentido, devido ao protagonismo que o Brasil ganha no cenário político colonial. Desse modo, o então governador da capitania, D. Marcos de Noronha e Brito (1810-1818), priorizou a construção de um passeio público em 1810, neste logradouro (SEGAWA,1996).

Para além do fim mercantilista propagado pelo regimento econômico português, o caráter social, sob a perspectiva domesticadora do comportamento da população, também era um tópico de atenção para o Governo. Nessa ótica, as ideias iluministas assemelhavam-se mais aos grandes influenciadores europeus: França e Inglaterra. Em vista disso, fica claro um empreendimento que, para além do desenvolvimento de *promenades* voltados para as classes mais altas das nucleações proeminentes do Brasil, equipamentos culturais também cumpriam esse papel de modelação de uma sociedade (ou parte dela) para os princípios em voga, como pode ser percebido no trecho abaixo:

“O teatro, que já existia antes na cidade, passou por uma mudança importante com a construção do Teatro São João. Principal teatro na Bahia oitocentista, nasceu para ser um entretenimento ilustrado para as classes altas e lhes educar aos novos refinados gostos europeus, gêmeo do empreendimento civilizatório do Passeio Público.” (PAZ, 2019, p.264).

O terreno escolhido para a implantação do jardim localizava-se, não aleatoriamente, na freguesia de Nossa Senhora da Vitória, próxima ao Forte de São Pedro. Esta freguesia, que fazia parte do limite urbanizado da capital baiana, era um espaço que vinha ganhando importância na cidade, como dito anteriormente, por abrigar a nova elite soteropolitana, principalmente “os cônsules e os negociantes prósperos, tanto nacionais como estrangeiros” (NASCIMENTO, 2007, p.120). Por esse motivo, o local recebia atenção especial do governo, visto que era um ponto de encontro entre moradores e visitantes de outras capitânias e países (NASCIMENTO, 2007).

Figuras 10 e 11: Passeio Público de Salvador e seu entorno, produzido pelo autor.



Nota: Elaborado com base no Mappa Topographica da Cidade de S. Salvador e sus Suburbios (1845), de Carlos Weyll, e no Mapa parcial de Salvador (1956), respectivamente.
Fonte: Mapas bases retirados em Biblioteca Digital Luso-brasileira.

O projeto arquitetônico e paisagístico, de autoria dos arquitetos portugueses José da Costa e Silva e João da Silva Muniz, possuía um belvedere nos moldes do mirante carioca, ladrilhado em mármore, que descortinava à Baía de Todos os Santos e possibilitava apreciar a Península de Itapagipe e a Ilha de Itaparica. Estas características elegeram este espaço como o mais importante mirante da cidade (PAZ, 2019). Esta plataforma semicircular era contornada por uma balaustrada, onde estavam dispostas doze estátuas de mármore e escadarias (SEGAWA, 1996). A vegetação era formada por aleias de palmeiras imperiais e de vastas espécies frutíferas, como “jaqueiras, mangueiras, tamarindeiros, árvores de fruta-pão” (PAZ, 2019, p.159). O traçado geométrico e a disposição retilínea dos indivíduos arbóreos constituíam um jardim aos moldes do neoclassicismo e do palladianismo inglês (CARDOSO, 2015).

Assim como o passeio carioca, o desenho do jardim soteropolitano seguia a chamada tríade clássica, formada por caminhos ortogonais e periféricos, como um elemento focal ou

dispostos ao longo dos eixos principais. A forma do Passeio Público de Salvador é mais longa e adaptava-se à topografia local, possuindo diferentes níveis que proporcionam diferentes sensações e perspectivas de visualização do mar (PESSOA et al., 2015).

“Porém o mais importante dos mirantes da Cidade Alta era o Passeio Público. Pensado originalmente como um horto, relacionado a um projeto biotecnológico específico, foi construído como um belvedere, local civilizado para o desfrute das horas livres e da contemplação da paisagem, inaugurado para usufruto público em 1810. Fora ambiente inteiramente atrativo para os viajantes.” (PAZ, 2019, p.159).

Em 1815 inaugurou-se o obelisco em mármore fino, em homenagem à chegada da Corte ao Brasil, que, posteriormente, em 1914, seria realocado para a futura Praça da Aclamação, em frente ao logradouro (SEGAWA, 1996). Para além disso, as alterações estilísticas deste período, influenciaram a paisagem e o desenho dos espaços ajardinados, caracterizando fortes modificações na cidade como um todo (MIYASAKI, 2019). No Passeio, essas mudanças podem ser percebidas a partir dos anos 1860, em que, dentre as intervenções, destacam-se a construção de dois chafarizes (em 1860 e 1863), a instalação de uma casa de cafés e um quiosque (1861), e de mobiliários como bancos, viveiros de pássaros e caramanchões, além do investimento em iluminação pública no local (1863) (PEIXOTO et al., 2014). Também se nota em iconografias, a presença de um lago, próximo ao belvedere. Adota-se nesse espaço, assim como no Passeio do Rio de Janeiro, aspectos assimilados como uma nova tendência européia exportada para os espaços públicos brasileiros, ao constituírem jardins aos moldes do neoclassicismo e do palladianismo inglês (CARDOSO, 2015).

Figuras 12 e 13: O belvedere e a aleia principal do passeio soteropolitano.



Nota: Fotografia de Victor Frond (1858) e autor desconhecido, respectivamente.
Fonte: Itaú Cultural e SALVADOR (1998).

A partir do início do século XX, supressões territoriais acabam ocorrendo na gleba, alterando sua morfologia. Inicialmente, com a ampliação do Palácio da Aclamação em 1912, sede do governo do estado, e depois com a retirada de acessos, para a construção da Avenida Lafayette Coutinho, e construção do Teatro Vila Velha, durante a década de 1960. Até este período, o jardim abrigava atividades culturais e ainda era bastante utilizado, porém, após a

transferência da residência governamental para o Palácio de Ondina, a localidade passa por um processo de esvaziamento e conseqüente degradação.

Figuras 14 e 15: Aleia de palmeiras próximas ao belvedere e passeio com feições românticas, respectivamente.



Nota: Fotografia de Rodolpho Lindemann (1885) e Postal Edição da Miscellanea (1912), respectivamente.
Fonte: Itaú Cultural e Portal Salvador-antiga, respectivamente.

Outro importante passeio público da região Nordeste é o de Fortaleza. Ele foi selecionado neste estudo, para além da sua importância histórica nos contextos dos jardins brasileiros e do desenvolvimento urbano da capital cearense. Isso porque, mesmo sendo objeto de fortes transformações ao longo do tempo, ele ainda remanesce. Outro motivo para sua escolha é pela forte semelhança, no que concerne às suas características de idealização, com os passeios públicos de Salvador e do Rio de Janeiro, como pode ser observado no quadro comparativo acima e no trecho de SILVA (2016) abaixo:

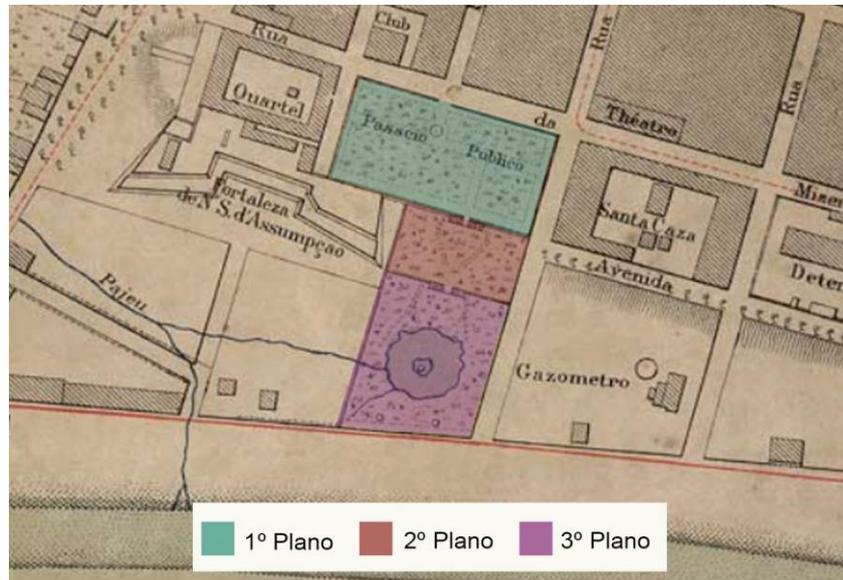
“No recente estudo *Passeio Público: espaços, estatuária e lazer* (2009), o professor José Liberal de Castro nos conduz a relacionar alguns aspectos do passeio de Fortaleza aos homônimos soteropolitano e recifense, cidades muito próximas ao Equador, de clima quente e úmido. Logo, proporcionavam a fruição da frente d’água, a criação de percursos lineares e sombreados e o refrigério da brisa marinha ou fluvial, assim como o do Rio de Janeiro, todavia guardadas as peculiaridades referentes à topografia e ao traçado urbanístico daquelas três cidades e da distância temporal para o primogênito carioca.” (SILVA, 2016, p. 46).

O surgimento desse jardim é permeado por um contexto de grandes alterações ambientais, econômicas e sociais. Após sucessivas secas de fortes impactos para o estado, Fortaleza se recupera deste momento e rapidamente avança em termos de inovações em comunicação, transporte e infraestrutura, a fim de adequar a sua sociedade ao panorama internacional da época. Entre idas e vindas, o intento da sua construção perdurou por longos anos (de 1863 a 1880), sendo um processo que envolveu diferentes gestões, planejamentos e desenhos e permeou grandes dificuldades para sua execução, como por exemplo problemas estruturais de aterramento e contenção iniciais (CASTRO, 2009).

O Passeio Público de Fortaleza era formado por três planos, com platôs em três níveis topográficos distintos. O primeiro plano, localizado a 17 metros em relação ao mar, era densamente arborizado e era formado por aleias que se descortinavam amplamente para o mar. No segundo plano, 6 metros abaixo do primeiro, permeado por guarda-corpos, também

funcionava como um belvedere de contemplação da paisagem e sediava jogos de futebol. Por fim, o terceiro, que possuía um lago artificial, revestido em pedras e com estátua do deus romano Netuno que, possivelmente, evocava ao estilo neocolonial (CASTRO,2009; SILVA, 2016).

Figura 16: Passeio Público de Fortaleza em seus três planos, produzido pelo autor.



Nota: Elaborado com base na Planta da cidade da Fortaleza capital da província do Ceará (1888), de Adolphe Herbster.

Fonte: Planta retirada em Biblioteca Digital Luso-brasileira e descrições de CASTRO (2009).

Apesar de não estar inserido no contexto do Brasil Colonial, após a independência em 1822, Fortaleza ainda é influenciada pelo processo de ajardinamento dos espaços públicos que, neste momento, já perdurava mais de um século. Para além disso, a forte influência da França no país também colaborou intensamente para que se estabelecesse um comportamento, em especial para as elites urbanas, que passavam a "*promener*" nos passeios públicos. Na capital cearense, esse período foi denominado de "*belle époque*" fortalezense, em que o passeio se tornou o local mais frequentado da cidade, por populações de diferentes camadas sociais, mas em especial da classe média, onde se poderia socializar e se entreter (LOPES, 2013). CASTRO (2009) descreve alguns dos usos no trecho abaixo:

"De dia, para divertir as crianças, observar a movimentação das catraias na bacia portuária, ouvir os apitos e ver os vapores ancorados ao largo; para acompanhar a dança graciosa das velas das jangadas distantes e apreciar a imensidão do mar, sempre verde. Às noites, frequentavam o logradouro, iluminado à luz de gás, em busca de espairecer, de gozar a brisa fresca, de degustar guloseimas da cozinha regional, tomar refrescos e cerveja, de ouvir música nas retetas, de exhibir as novas modas, de conversar, de bisbilhotar, de tentar um *flirt*." (CASTRO,2009, p.100 e 101).

Figuras 17 e 18: População fortalezense utilizando o passeio, à moda francesa do início do século XX.



Fonte: AZEVEDO (2001).

Cabe aqui ressaltar que, apesar do Iluminismo, ponto focal deste estudo, e a *Belle Époque* pertencerem a diferentes períodos históricos, o primeiro fomentou ideias que refletiram nos avanços culturais, sociais e tecnológicos empreendidos durante o segundo período. Portanto, a construção de uma sociedade europeia, especialmente francesa, moderna e progressista, possui raízes no movimento Ilustrado. Consequentemente, para o contexto brasileiro, essa forma de viver e se relacionar com a cidade, acaba sendo importada da Europa, alterando o comportamento de uma dita “elite intelectual”. Em Fortaleza, esses aspectos permeiam também os vocabulários, onde deixa-se de reproduzir expressões tipicamente regionais, para utilizar termos franceses, como mostra MARQUES (2007):

“A elite fortalezense, constituída por comerciantes, bacharéis e profissionais liberais, tinha notória influência do exterior, em especial da França. O “*chic*” era usar o palavreado francês e saber a última moda parisiense. Esse período ficou conhecido como “Fortaleza *Belle Époque*”. A nossa cidade respirava ares cosmopolitas, mas a influência francesa era predominante. Enquanto boa parte da população falava “oxente”, “arre égua”, “rebolar no mato” ou “apertar o biloto”, a elite enfeitava o seu vernáculo com expressões gaulesas como “*bonjour*” ou “*au revoir*”. A elegância exigia ternos e vestidos longos mesmo com tórrido calor; lojas ganhavam nomes estrangeiros e os mais abastados viajavam para a Europa.” (MARQUES, 2007, p.14).

Poucas décadas após sua inauguração o passeio fortalezense passa por um processo de descaracterização, com parcelamentos do logradouro para diferentes usos, sobretudo devido ao abandono do local e conseqüente esvaziamento. No início dos anos 1900, o 3º plano deixa de existir, ao demolir-se o lago e reutilizar-se o lote para outros fins. Já o 2º, que também estava abandonado, foi cedido, em 1963, pela prefeitura, para o exército, para a construção de obras militares. Desse modo, resta apenas o 1º plano, que ainda remanesce, mesmo após sucessivas modificações ao longo dos anos.

Figuras 19 e 20: Primeiro e segundo planos do Passeio de Fortaleza durante o início dos 1900, respectivamente.



Nota: Primeira foto mostrando o amplo descortino para o mar, enquanto na segunda evidencia a utilização do passeio para partidas de futebol, em 1904.
Fonte: AZEVEDO (2001).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em síntese, este estudo buscou investigar o impacto e os legados do Iluminismo na formação dos jardins públicos luso-brasileiros e na criação de instituições científicas no Brasil colonial. Os resultados mostram que, neste caldeirão de acontecimentos e influências externas, as práticas paisagísticas e as primeiras instituições científicas foram profundamente influenciadas pelas ideias iluministas, mercantilistas e fisiocratas implementadas principalmente pelo Marquês de Pombal. Vale ressaltar também, que os costumes sociais em voga na França e Inglaterra neste período também adicionam uma camada importante na promoção do desenvolvimento urbano e científico nas cidades brasileiras, influenciando sua organização social.

No que tange à criação dos primeiros jardins públicos e à promoção de estudos botânicos, esse legado se inicia na metrópole e é absorvido para a colônia, por duas diferentes esferas: a governamental, a partir da implementação dos jardins e a social, principalmente pelas camadas abastadas que viajam para a Europa e divulgam uma nova forma de viver e se relacionar com o espaço. Desse modo, compreende-se que o movimento cultural se dissemina e adapta-se às peculiaridades de cada contexto situacional. Aqui, também é possível apreender que essas práticas, inicialmente, se atrelam à expansão, delimitação e dominação de terras, a partir das expedições filosóficas encomendadas, dos registros e contato com a população nativa para exploração, não apenas de mão-de-obra, mas também de saberes.

A análise dos jardins do Grão-Pará e dos passeios públicos das cidades de Lisboa, Rio de Janeiro, Salvador e Fortaleza, revela que, além de proporcionar um espaço de lazer, esses jardins foram fundamentais para a implementação do método científico, promovendo o estudo e a aclimação de espécies brasileiras. Desse modo, fica evidente que o movimento ilustrado não apenas transformou a Europa, mas também deixou marcas indeléveis nas práticas cotidianas e no pensamento brasileiro, que perduram até os dias atuais. A pesquisa também contribui para a literatura sobre o paisagismo e abre novas perspectivas para o

entendimento do legado do Iluminismo na formação das cidades brasileiras, um tema ainda pouco explorado.

Por fim, embora a pesquisa tenha esboçado um panorama a respeito do Iluminismo em algumas cidades brasileiras, uma análise mais aprofundada, especialmente sobre a região Nordeste seria necessária para completar a compreensão do fenômeno. Isso porque, fatores intrínsecos a essa realidade podem ter afetado diretamente nesse processo, como questões climáticas, ambientais e o contexto sociocultural tão ricamente diversificado da região.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Mário de. **Lisboa do romantismo**. Lisboa: Rodrigues & Cia., 1917.
- AZEVEDO, Miguel Ângelo. **Cronologia Ilustrada de Fortaleza**. Fortaleza: Programa editorial da Casa de José de Alencar, 2001.
- BANDEIRA, Bruno Gião. **O jardim "promenade" e o jardim "contemplação": 3 casos de estudo**. Tese (Mestrado integrado em arquitetura) - Universidade Lusíada de Lisboa. Lisboa, 2014.
- CARDOSO, Fábio. **O Rio de Janeiro no Século XIX: Os jardins de Auguste François-Marie Glaziou na Capital Imperial**. Tese (Mestrado em urbanismo) - Universidade Federal Fluminense. Rio de Janeiro, 2007.
- CARDOSO, Maria Ângela Barreiros. **Campo Grande de São Pedro e imediações: Origem do jardim público e da arborização urbana em Salvador da Bahia**. Tese (Mestrado em arquitetura e urbanismo) - Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2015.
- CARVALHO, Anna Maria. **A arte civil de Mestre Valentim: Um Programa de sombra e de água fresca**. Tese (Mestrado em artes visuais) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1988.
- CASTRO, José Liberal de. "Passeio Público: espaços, estatuária e lazer". **Revista do Instituto do Ceará**. Fortaleza, Vol. 123, N.1, 2009, p. 41-114.
- DIAS, Thiago Cancelier. "Dos aldeamentos ao horto botânico: a apropriação de plantas de uso indígena na capitania de Guayases, 1772-1806". **Revista História, Ciências, Saúde – Manguinhos**. Rio de Janeiro, Vol. 28, N.1, 2021, p.15-37.
- DOMINGUES, Ângelo; ALVES-MELO, Patrícia. "Iluminismo no mundo luso-brasileiro: um olhar sobre a Viagem Filosófica à Amazônia, 1783-1792". **Revista Ler História**. Lisboa: Editora ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa, Vol. 78, N. 1, p. 157-178, 2021.
- DOURADO, Guilherme Mazza. **Belle époque dos jardins: da França ao Brasil do século XIX e início do XX**. Tese (Doutorado em arquitetura e urbanismo) - Universidade de São Paulo. São Paulo, 2008.

- DUARTE, Marcelo Barboza. "O que é história, o sentido da história e a historiografia". **Revista Oficina do historiador**. Porto Alegre: PUCRS, Vol. 14, N. 1, p. 1-14. 2021.
- FERREIRA, Matilde Ferraz Leal César. **O imaginário e a imagem da Avenida da Liberdade**. Tese (Mestrado em arquitetura) - Universidade de Lisboa. Lisboa, 2015.
- GALLERANI, Maria Aimeé Chaguei. "O ideário iluminista do Passeio Público de Mestre Valentim". **Revista Paisagem ambiente: ensaios**. São Paulo: USP, Vol. 18, N.1, p. 121-134. 2004.
- GOMES, M. A. S. "De largo a jardim: as praças públicas no Brasil – algumas aproximações". **Revista Estudos Geográficos**. Rio Claro: UNESP, Vol. 5, N.1, p.101-120. 2007.
- KIRSCHNER, T. C. **Itinerários de um ilustrado luso-brasileiro**. São Paulo: Alameda Casa Editorial, 2009.
- LE CUNFF, Françoise. "Do Passeio Público ao Parque da Liberdade". **Revista Camões**, Lisboa: Instituto Camões. Vol.15/16 N.1, p. 179-186. 2003.
- LOPES, Francisco Williams Ribeiro. **A "requalificação" do patrimônio: Intervenções, estratégias e práticas na Praça dos Mártires (Passeio Público) de Fortaleza**. Tese (Mestrado em Sociologia) - Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2013.
- LOPES, Renato de Aguiar. "Iluminismo ou Iluminismos?". **Revista Vernáculo**. Curitiba:UFPR, Vol. 27 N.1, p.133-161. 2011.
- MAROCCI, Gina Veiga Pinheiro. **Salvador, século XVIII: a emergência de novos padrões urbanísticos**. Tese (Mestrado em arquitetura e urbanismo) - Universidade Federal da Bahia. Salvador, 1997.
- MARQUES, Janote Pires (org.). **Passeio Público: história e experiências**. Fortaleza: FUNCET. 2007.
- MASSERAN, Cláudia Babieri. "Promenades: o Passeio Público e o Jardim S. Pedro de Alcântara em dois romances queirosianos". **Revista Convergência Lusíada**. Rio de Janeiro: UFF. Vol. 30, N. 41, p.6-22. 2019.
- PAZ, Daniel J. Mellado. **Beira do mar, lugar comum: os primórdios do lazer e bem-estar à beiramar da cidade do Salvador séc. XIX**. Tese (Mestrado em arquitetura e urbanismo) - Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2019.
- PESSOA, Ana; FASOLATO, Douglas; ANDRADE, Rubens de. **Jardins históricos: a cultura, as práticas e os instrumentos de salvaguarda de espaços paisagísticos**. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2015. 322 p.
- PIRES FRANCO, S. A. "Reformas pombalinas e o Iluminismo em Portugal". **Revista Fênix**. Uberlândia: UFU. Vol. 4, N. 4 p. 1-14, 2007.

SALVADOR, Secretaria Municipal do Planejamento, Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico; Fundação Mário Leal Ferreira. **Polígono de identidade cultural**. Colaboração da Fundação Gregório de Matos. Salvador: [s.n.], 49 p. 1998.

SANJAD, Nelson Rodrigues. **Nos jardins de São José**: uma história do Jardim Botânico do Grão-Pará, 1796-1873. Tese (Mestrado em Geociências) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas. 2001.

SEGAWA, Hugo. **Ao amor do público**: jardins no Brasil. São Paulo: Studio Nobel: FAPESP, 1996.

SILVA, Aline de Figueirôa. **Entre a implantação e a aclimação**: o cultivo de jardins públicos no Brasil nos séculos XIX e XX. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.